

A segunda morte de Marielle e a segunda vida do acontecimento: o poder hermenêutico de um acontecimento necropolítico e interseccional no Brasil

Marielle's second death and the second life of the event: the hermeneutic power of a necropolitical and intersectional event in Brazil

Pamela Guimaraes-Silva

Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), na linha de pesquisa em Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Faculdade Estácio de Sá. Co-fundadora e coordenadora do Projeto Orientação Afirmativa. Email: pamelaguimaraes14@gmail.com

Olívia Pilar

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), pela linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pós-graduada em Marketing Digital pela mesma instituição. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil. Email: oliviapilarsouza@gmail.com

Resumo

O presente artigo se propõe a entender o potencial de um acontecimento necropolítico e interseccional para revelar as questões raciais e de gênero no Brasil, a partir da apreensão dos significados e dos sentidos presentes nas postagens póstumas e difamatórias sobre a vereadora Marielle Franco. Para tanto, construímos um referencial teórico em torno da articulação dos conceitos de acontecimento, necropolítica e interseccionalidade. Para fins metodológicos, o corpus está ancorado nas postagens difamatórias que foram exibidas na edição de 18 de março de 2018 do programa televisivo Fantástico. A partir da nossa grade analítica, concluímos que o vilipêndio à memória de Marielle Franco compõe um quadro que remonta ao mito da democracia racial e as políticas de embranquecimento da população brasileira.

Palavras chave

Acontecimento; Imagens de controle; Interseccionalidade; Marielle Franco; Necropolítica.

Abstract

This article intends to understand the potential of an intersectional necropolitical event to reveal racial and gender issues in Brazil, based on the apprehension of the meanings and the senses present in posthumous and defamatory publications about the councilwoman Marielle Franco. Therefore, we built a theoretical framework around the articulation of the concepts of event, necropolitics and intersectionality. For methodological purposes, the corpus is anchored in the defamatory posts that were aired in the March 18, 2018 edition of the television program Fantástico. From our analytical grid, we conclude that the vilification of the memory of Marielle Franco composes a picture that goes back to the myth of racial democracy and the whitening policies of the brazilian population.

Keywords

Event; Controlling images; Intersectionality; Marielle Franco; Necropolitical.

Introdução

O objetivo deste artigo é entender o potencial que um acontecimento necropolítico tem para revelar as questões interseccionais — em especial sobre raça, gênero e classe — no Brasil. Assim, a partir da apropriação do caminho teórico-metodológico do *paradigma relacional da comunicação* e do conceito de *acontecimento* mostramos que uma análise dos significados e dos sentidos presentes nas postagens póstumas e difamatórias sobre a vereadora Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, assassinada em 2018, podem revelar crenças e valores de uma sociedade.

Para tanto, em um primeiro momento, apresentamos o *paradigma relacional da comunicação*, conceito proposto por Louis Quéré (1991, 2018), que entende a comunicação como um processo interativo no qual há trocas e atualização de sentidos e significados. Os fundamentos de tal base teórica remetem-se ao interacionismo simbólico e ao pragmatismo que, em conjunto, nos permitem analisar um fenômeno em suas três dimensões: a interacional (a relação dos interlocutores), a simbólica (a produção de sentido, as práticas discursivas) e a contextual (situação sociocultural).

Em seguida, acionamos o conceito de *necropolítica*, a partir dos estudos de Achille Mbembe, e de interseccionalidade, a partir da autora Kimberlé Crenshaw. Com base nos autores, mostramos como, no Brasil, o racismo se manifesta nas interações interseccionado com outras categorias de opressão — como o machismo e o classismo, por exemplo — e se revela, predominantemente, de forma genocida e controladora.

Em um terceiro momento, apresentamos a vida e a morte da vereadora, a fim de exemplificar como, mesmo que a violência contra a população negra seja sistêmica, a morte da parlamentar alcançou destaque e tematizou diversas interações sociais. Para esse destaque, agenciamos o conceito teórico-metodológico de *acontecimento* (QUÉRÉ, 2005). Ele, além embasar o porquê do homicídio ter se tornado tão relevante, também calçará os procedimentos metodológicos para a análise.

Nosso *corpus* consiste na compilação das postagens com informações falsas sobre a vereadora Marielle Franco, feita e veiculada pelo programa televisivo Fantástico, no dia 18 de março de 2018. A nossa grade analítica, embasada no conceito de acontecimento, é dividida em dois eixos (verificação do poder de afetação e do poder hermenêutico do acontecimento) que se subdividem em cinco partes: (1) quem são os autores, (2) qual é o conteúdo, (3) como foi a repercussão, (4) quais sentidos e valores são colocados em circulação, a partir desse conteúdo, e (5) o que esses sentidos e valores revelam sobre a sociedade brasileira contemporânea. Por fim, a partir da análise, apresentamos nossas considerações finais.

Comunicação e raça: interações, relações e vínculos

Segundo Muniz Sodré (2018), no Brasil houve “abolição nas relações, mas não nos vínculos” (2018, p.11). Isto é, embora a escravidão tenha sido eliminada dos sistemas jurídico e social, há constantemente um agenciamento da raça como recurso para discriminação e hierarquização das posições de classe social. O pensamento segue a linha de uma grande intelectual negra brasileira, Lélia Gonzales (1984), para quem, no Brasil, a articulação entre o racismo e o sexismo “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALES, 1984, p. 224).

Ambos se alinham às proposições de Patrícia Hill Collins (2019), para quem, na sociedade, há pressupostos — de gênero, raça, classe e sexualidade — que padronizam a forma como pessoas racializadas devem agir e serem cobradas, em especial mulheres. O que acaba por criar uma dinâmica de controle e poder, de acordo com os papéis desempenhados socialmente. Isto é, no caso das mulheres negras, por exemplo, “os processos de

inferiorização aos quais essas são submetidas estão conectados com as estratégias manipuladas pelas elites dominantes para manter essas mulheres excluídas do mercado de trabalho, da educação formal e do exercício da cidadania” (BUENO, 2019, p.40).

Os autores, direta e indiretamente, estão trabalhando com a ideia de que não apenas ainda existe racismo, mas como ele se articula com outras categorias de opressão como o machismo e o classismo. E que, atualmente, no Brasil, como destacado por Sodré, sua manifestação acontece de forma mais velada em uma dinâmica de *duplo vínculo*, um conceito da psicologia, que se inscreve no campo da comunicacional a partir dos estudos de Gregory Bateson (1963).

O *duplo vínculo* trabalha a afeição atuando concomitantemente com a rejeição nos diversos vínculos sociais — a relação da empregada doméstica e seus patrões, uma pessoa que é “quase” da família; na seleção de mão de obra para realizar trabalhos manuais; a contratação de babás em tempo integral, que se dedicam integralmente aos seus patrões em detrimento da própria vida; a difusão de imagens pasteurizadas da cidadania negra na mídia —, que, embora sejam legítimos, parecem sempre manifestar uma desrespeitosa saudade da escravidão (SODRÉ, 2018, p.14).

A ideia de pensar que são os vínculos e as relações que nos conformam enquanto sujeitos, foi estabelecida ao longo das décadas pelo pragmatismo e, atualmente, compõe o cerne do *paradigma relacional da comunicação* (QUÉRÉ, 1991; 2018). Para esta matriz paradigmática não existe uma verdade *a priori*, mas um mundo compartilhado que surge: de forma interacional (nas diversas relações que se estabelecem entre os interlocutores), simbólica (na produção de sentido e as práticas discursivas que ocorrem nas interações) e contextual (nas verdades que só são o que são em uma situação sociocultural).

O entendimento da comunicação relacional trata, portanto, de apreender as experiências que ocorrem continuamente e cotidianamente. Nesse sentido, focar nas interações estabelecidas a partir do assassinato da vereadora Marielle Franco e na produção de sentidos que ocorre a partir desse fato é, por essência, observar um processo comunicativo relacional. E mais, partindo da afirmação de Sodré (2018) é nos aproximarmos de um — conturbado e fatídico — fato para entender o que os vínculos formados naquele momento revelam sobre as questões de gênero, raça e classe no Brasil.

O contexto social das mulheres negras brasileira: a necropolítica, a interseccionalidade e as imagens de controle

A partir das três dimensões de análise do *paradigma relacional da comunicação*, cabe especificar em qual contexto social o homicídio, e as interações sobre ele, aconteceram. Para tanto, acionamos os conceitos de necropolítica, interseccionalidade e imagens de controle, que tornam possível entender como, no Brasil, as relações de poder estão intimamente ligadas às questões raciais, de classe e de gênero.

Cunhado por Achille Mbembe (2016), o termo necropolítica atualiza as noções de biopoder e biopolítica de Michel Foucault (2010), que, segundo o autor, não dão conta mais de traduzir as relações de inimizade e perseguição contemporâneas. Para Foucault, a relação entre a vida e o poder se desenvolve de duas formas principais: a partir do *biopoder*, em termos das disciplinas exercidas sobre os indivíduos, e da *biopolítica*, em termos das tecnologias que normalizam as populações. O enlace ocorre exitosamente porque as disciplinas e as tecnologias normalizadoras não estão localizadas somente sob o registro da vigilância, da interdição e da punição, elas incitam, suscitam, produzem, fazem agir, falar e comunicar.

Em outras palavras, essa dinâmica é aceita pela sociedade por não ocorrer de forma apenas negativa, violenta ou impositiva, um exemplo é o aumento da presença da medicina nos espaços públicos, a sociedade passa a viver sob um regime cuja uma das “finalidades da intervenção estatal é o cuidado do corpo, a saúde corporal, a relação entre as doenças e a saúde, etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 171). Entretanto, em última instância, o estado também se torna responsável por *fazer viver e deixar morrer*. E, nesse caso, as vidas mais vulneráveis a essa atuação têm gênero, raça e classe.

É essa noção, de que o Estado é uma via disciplinadora dos sujeitos, que o filósofo camaronês Achille Mbembe aprimora, a partir de uma vivência pós-colonial. Mbembe questiona:

Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder? (MBEMBE, 2016, p.124).

O filósofo entende que o conceito de biopolítica não é mais suficiente para compreender as ações do Estado, posto que esse, agora, ancora sua atuação no *racismo* e na *prática da guerra*. De forma detalhada, a guerra, como ponto central nessa prática, tem sua base na história das colônias, em que a crueldade e o assassinato do *Outro* (sendo esse Outro o sujeito não-branco, da colônia), foram fundamentais para a manutenção do poder nas mãos dos colonizadores (MBEMBE, 2016, p. 134). Assim, esse sujeito das colônias passa a não ser um humano, e sim um objeto, passível de ter um dono e que os outros podem decidir seu destino ou descartá-lo (MBEMBE, 2016, p.135).

Essa noção de que o *Outro* é descartável está intrinsecamente ligada à base do racismo, que cria uma divisão entre os sujeitos, colocando-os em subgrupos que podem ser caracterizados entre os que possuem algum valor para o Estado e os que são objetos e, portanto, não precisam necessariamente estar vivos. Esse cenário passa então a produzir máquinas de guerra, que podem ser tanto o Estado quanto outros grupos e instituições que se dividem na tarefa de decidir “quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2016, p.123).

Para exemplificar a pertinência de tal conceito como operador analítico do contexto social e político brasileiro atual, basta pensar que, embora atualmente existam a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, segundo informações do Atlas da Violência 2019¹, entre 2007 a 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu em 29,9%, ao passo que para mulheres não negras o crescimento foi de 1,6%. Em números absolutos a diferença é mais notória, já que as estatísticas vão para 60,5% e 1,7%, respectivamente. Esse cenário torna evidente que, embora as taxas de feminicídio digam de todas as mulheres, há uma disparidade em quem é mais atingido.

As vítimas da necropolítica, no contexto brasileiro, ficam ainda mais evidentes quando observamos qual o gênero e a raça dos jovens e crianças assassinadas², chicoteadas³, torturadas⁴; ou das vítimas das balas *perdidas* nas favelas^{5,6}, que tem seus carros alvejados *por*

¹ Disponível em: <<http://bit.ly/2ktuaQB>>. Acesso em: 21 set. 2019

² Disponível em: <<https://glo.bo/2kNRpVN>>. Acesso em: 22 set. 2019

³ Disponível em: <<https://glo.bo/2m6hu2E>>. Acesso em: 22 set. 2019

⁴ Disponível em: <<http://bit.ly/2mpJvIG>>. Acesso em: 22 set. 2019

⁵ Disponível em: <<http://bit.ly/2lZe8yd>>. Acesso em: 22 set. 2019

⁶ Disponível em: <<http://bit.ly/2kXHflo>>. Acesso em: 22 set. 2019

engano ao se deslocarem para um chá de bebê⁷ ou ao saírem para comemorar o primeiro emprego⁸, que perdem seus empregos ao denunciarem publicamente atos racistas⁹.

O perfil dessas vítimas da necropolítica pode ser explicado pelo que Kimberlé Crenshaw (1989, 1991, 2002) nomeou como interseccionalidade, um conceito teórico-metodológico que trata de como os marcadores sociais — tais como raça, gênero, classe, sexualidade e outros — têm uma natureza interligada e podem gerar opressões de natureza, igualmente, interligadas.

Para elucidar sua proposta conceitual, Crenshaw apresenta o conceito por meio de uma metáfora, também utilizada por Akotirene (2018): a sobreposição das opressões funciona como cruzamento de ruas. Segundo as autoras, os marcadores são como avenidas e os sujeitos, ao longo de suas vidas, são posicionados nos cruzamentos dessas avenidas, de acordo com suas identidades e subjetividades. Sujeitos posicionados em cruzamentos dessas “ruas-marcadores” se encontrariam em locais mais suscetíveis a “atropelamentos” sociais individuais e simultâneos — do “carro do racismo”, do “carro do sexismo”, do “carro do classismo” e de outros “carros”.

Cabe ressaltar que não estamos falando de um posicionamento passivo, sem resistência. Há resistência e tentativas de mobilidade social, entretanto, como aponta Patrícia Hill Collins (2019), essas opressões se baseiam em ideologias que possuem diversas frentes e raízes profundas que, em última instância, buscam por naturalizar esse contexto — como exemplo de uma dessas estratégias ela cita as imagens de controle¹⁰.

De acordo com a pesquisadora, as imagens de controle incidem sobre todos os grupos sociais, porém são sempre nocivas às mulheres negras. Essas imagens de controle podem ser histórias, mitos, estereótipos e outras formas de ditar a maneira como a sociedade lerá esse grupo e também em fazer com que as injustiças sociais que recaem sobre ele pareçam sempre “naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (COLLINS, 2019, p. 136).

Dito de outra forma, as imagens de controle são utilizadas tanto para justificar as opressões de raça, gênero e classe (e demais marcadores); como para objetificar um grupo e manter “relações de superioridade e inferioridade” (COLLINS, 2019, p. 139). Elas são, assim, “as dimensões ideológica do racismo e do sexismo compreendidas de forma simultâneas e interconectadas” (BUENO, 2019, p.69).

Em consonância com essas autoras, Sueli Carneiro¹¹ afirma que Marielle Franco foi, desde o nascimento até a morte, a síntese do termo interseccionalidade. Apontamos também que, ao se desvencilhar das imagens de controle impostas às mulheres negras, quando ocupou um lugar de poder e de visibilidade, carregando suas múltiplas identidades — mulher negra, favelada, mãe solo, bissexual e ativista dos direitos humanos —, tornou-se um corpo impróprio, fora do *script* social e, portanto, descartável.

Marielle Franco: nascer, viver, morrer e continuar morrendo

Nascida em 1979 e criada no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, Marielle Franco participou de um pré-vestibular comunitário e se graduou em ciências sociais na PUC-Rio com 100% de bolsa de estudos. Fez mestrado em Administração Pública pela Universidade

⁷ Disponível em: <<http://bit.ly/2kMYLZE>>. Acesso em: 22 set. 2019

⁸ Disponível em: <<https://glo.bo/2mpJSN6>>. Acesso em: 22 set. 2019

⁹ Disponível em: <<http://bit.ly/2m6i5RW>>. Acesso em: 22 set. 2019

¹⁰ Patrícia Hill Collins apresenta quatro imagens de controle que incidem sobre as mulheres negras norte-americanas: mammy, matriarca negra, rainha da assistência social/dama negra, jezebel/prostituta/hoochie. No Brasil, seguindo os estudos de Lélia Gonzalez (1984), podemos apontar seguramente três imagens de controle: a mulata, a empregada doméstica e a mãe preta. Esses são, também, estereótipos comuns em representações da mídia, como novelas e filmes.

¹¹ Disponível em <<http://bit.ly/2mHx30X>>. Acesso em: 22 set. 2019

Federal Fluminense (UFF), em que defendeu a dissertação “UPP: a redução da favela a três letras”, e trabalhou em instituições como a *Brazil Foundation* e o *Centro de Ações Solidárias da Maré* (Ceasm). Tornou-se mãe aos 19 anos e mantinha um relacionamento estável com a arquiteta Mônica Benício.

Ativista desde a juventude, após seu trabalho no pré-vestibular comunitário, Marielle ingressou na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), coordenada pelo deputado federal Marcelo Freixo, do qual foi assessora parlamentar, e que seria fundamental para o seu ingresso na política formal. Em 2016, foi eleita vereadora na Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, sendo a quinta mais bem votada com 46.502 votos.

Seu projeto de vida e de política foi interrompido, na noite de 14 de março de 2018, no bairro Estácio, região central do Rio de Janeiro, momento em que a vereadora foi assassinada. As informações divulgadas até o momento dão conta de que os criminosos, que estavam em dois carros, emparelharam com o da vereadora e efetuaram vários disparos. Marielle foi atingida por três tiros na cabeça e um no pescoço, o motorista do veículo em que ela estava, Anderson Pedro Gomes, levou três tiros nas costas. Ambos morreram.

Em seu curto mandato, a vereadora trabalhou de forma intensa, registrou 16 projetos de leis, participou de diversos encontros com a comunidade e mantinha seu foco nas pautas sobre: direitos humanos, defesa da população negra, combate à homofobia, feminismo, fiscalização da atuação das polícias e, posteriormente, na tentativa de monitoramento da ação das Forças Armadas durante a intervenção decretada pelo governo Temer — tornando-se relatora da Comissão de Representação, representando a Câmara Municipal em Brasília para acompanhar a Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Embora tivesse uma atuação local, a repercussão da morte de Marielle se tornou um assunto mundial. Um levantamento feito pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP) mostra que a morte da vereadora carioca teve enorme repercussão nas redes sociais. Em 19 horas — entre às 22h da quarta-feira (14/03/2018 noite da morte) e às 17h da quinta (15/03/2018) — foram registradas 567,1 mil menções no *Twitter*¹². Para além dessas manifestações, os principais veículos de comunicação do mundo noticiaram a morte de Marielle Franco, tais como o *New York Times*, a *ABC*, o *The Washington Post*, a televisão estatal *Televisión del Sur*, o site de notícias *News Deeply* e o *El Comercio*.

Embora o racismo e sua lógica homicida seja algo presente em nosso dia a dia, a repentina e brutal morte de Marielle se tornou um *acontecimento* que deu início a vários processos comunicativos de significação e de trocas de sentido.

A morte de Marielle: um acontecimento comunicacional, necropolítico e interseccional

A dinâmica de interações e conversações sobre a morte de Marielle Franco não ocorreram como uma aglomeração de opiniões idênticas, mas como ponto de partida para debates diversos. Ou seja, a morte da vereadora se constituiu em uma experiência fundante de “encontro, interação, confrontação e determinação recíproca” (QUÉRÉ, 2005, p.70). É com base nessas reverberações, desdobramentos e no destaque dado ao fato, que o nomeamos como *um acontecimento*.

Em nosso cotidiano, o termo *acontecimento* se apresenta sob os mais diversos

¹² Disponível em: <<http://bit.ly/2muxrjn>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

sentidos. Predominantemente, utilizamos essa expressão como sinônimo de uma ocorrência de destaque. Em dizeres entusiasmados, como: “aquilo foi um verdadeiro acontecimento!”, usamos o termo para adjetivar experiências que chamam a nossa atenção, que se distinguem das demais por se apresentarem de forma marcante. Essas dimensões também são evidenciadas em reflexões acadêmicas sobre o conceito de *acontecimento*.

Em uma perspectiva pragmatista¹³, tal conceito filia-se à noção de *experiência* desenvolvida na obra de John Dewey (2010). Segundo essa perspectiva, a *experiência* diz de uma *transação* — uma ação acompanhada de uma reflexão — contínua que tem um papel transformador: de dupla afetação do sujeito e do mundo. Como dissemos, são esses episódios que constituem processos de interação e comunicação.

Há, entretanto, segundo o autor, uma distinção entre “experiência” e “*uma* experiência”. *Uma experiência* ocorre quando o fato “assume uma dimensão singular ao promover o arrebatamento da criatura viva da experiência ordinária, sendo uma experiência que se desenvolve de maneira organizada até a sua completude” (SALGADO, 2012, p.87). É essa perspectiva que orientará nossa compreensão sobre o conceito de acontecimento.

Quando um acontecimento advém à existência, como algo novo na realidade, ele instaura imediatamente um passado e um futuro (QUÉRÉ 2005, p. 63), realizando um corte na cotidianidade da vida. Neste processo, os sujeitos precisam interpretar o acontecimento, para tanto convocam seus repertórios de conhecimento já existentes e se apropriam dos novos sentidos que emergem. Assim, o acontecimento desencadeia um processo comunicacional na medida em que inicia processos interativos entre o indivíduo e seu próprio interior e o indivíduo e a sociedade.

Cabe assim ressaltar que o

[...] verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente. Quer dizer que ele afeta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas. É por que ele acontece a alguém que ele “se torna”, para retomar a definição de Mead (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Acreditamos que esse seja o caso das pessoas que comentaram, compartilharam, criaram notícias, fatos e reações sobre a morte da vereadora. Para nosso intento, interessa ainda que, além do desencadeamento de interações, há ainda, um processo de renascimento do acontecimento, uma espécie de *segunda vida*, “a primeira vida é da ordem do existencial [...]”. A segunda vida é o acontecimento tornado narrativa, tornado um objeto simbólico” (FRANÇA, 2012, p.14). Ao se tornar um objeto simbólico, o acontecimento pode ser apreendido por sua dupla dimensão de poder, seu poder de afetação e seu poder hermenêutico (SIMÕES, 2012).

O poder hermenêutico é a capacidade de “desvelar o não visto, iluminar o opaco, estabelecer distinções que não haviam sido percebidas. [...] ele rompe uma sequência e quebra

¹³O Pragmatismo teve sua origem no final do século XIX, em reuniões de um grupo denominado *The metaphysical club* (O clube metafísico), que tinha como objetivo contestar a abordagem metafísica que então vigorava na filosofia. Em termos etimológicos, a palavra *pragmatismo* compartilha a mesma origem do vocábulo *práxis*, enquanto “ato”, “ação” e também “fato”. Nesse sentido, o pragmatismo é uma abordagem filosófica que se baseia no valor da ação, sendo a ação constituidora do mundo das ideias. Segundo Thamy Pogrebinski (2005, p.26-62), os três pilares do pragmatismo são: 1) anti-fundacionalismo: rejeição a qualquer princípio permanente ou dogma, entre outros tipos de fundações possíveis ao pensamento; 2) consequencialismo: ênfase dada às consequências do ato, ou seja, às ações futuras, aos efeitos práticos trazidos; 3) contextualismo: destaque para o valor do contexto no desenvolvimento de qualquer conceito.

as expectativas, uma interrogação e um vazio se colocam” (FRANÇA, 2012, p. 13). É a configuração do fato como fenômeno que emerge criando múltiplas possibilidades de interpretação da realidade e do contexto no qual ele se inscreve.

O poder de afetação, por sua vez, fica evidente ao verificarmos o impacto da morte de Marielle Franco que foi tematizada, interpretada e reinterpretada nas mais diversas interações, nas ruas de todo o país; em algumas instituições, como os tribunais STF, STJ, TSE ¹⁴, nas redes sociais e em conversas face a face entre outras.

Em síntese, então temos um cenário onde uma mulher negra foi brutalmente assassinada e cujo caso poderia ter caído no esquecimento, posto que no Brasil opera uma lógica de poder necropolítica, na qual 13 mulheres são mortas diariamente, sendo que dessas 66% são negras. Entretanto, embora a necropolítica acabe por tornar comum a morte de um segmento da sociedade, o caso da vereadora não teve o mesmo destino. Ele se tornou objeto simbólico, ganhando uma segunda vida — por meio de debates, postagens, matérias, atos, manifestações e outros.

Isso posto, propomos para o próximo tópico uma aproximação desse acontecimento necropolítico e interseccional para apreender detalhadamente — suas duas dimensões — seu poder de afetação e seu poder hermenêutico.

Desenho e procedimentos metodológicos

Para uma abordagem relacional e pragmatista da reverberação do acontecimento, embasada pelo exposto até aqui, construímos nossa grade analítica em dois eixos centrais ¹⁵:

1) O primeiro eixo consiste na apreensão da *afetação*, bem como do universo simbólico que atravessou e/ou foi convocado pelos sujeitos, a partir da emergência do acontecimento. Acreditamos que essa apreensão seja possível pela identificação dos sujeitos responsáveis pelas postagens e nos enquadramentos que esses sujeitos fizeram do acontecimento. Para tanto contamos com três categorias de análise: (a) quem são os autores, (b) qual é o conteúdo e (c) como foi a repercussão.

2) O segundo eixo consiste na apreensão de alguns dos desdobramentos do acontecimento. Assim, a partir do levantamento realizado no primeiro eixo, procuramos apreender o *poder hermenêutico* desse acontecimento atentando para duas dimensões: (a) quais sentidos e valores são colocados em circulação, a partir desse conteúdo, e (b) o que esses sentidos e valores revelam sobre a sociedade brasileira contemporânea.

O corpus

A fim de preservar a qualidade metodológica de nossa proposta, optamos por fazer um recorte para análise das postagens difamatórias sobre a vereadora Marielle Franco. Entretanto, como a maior parte desse material já foi retirada do ar após ações judiciais movidas pela viúva, a irmã e o partido de Marielle (PSOL), nosso *corpus* está ancorado na edição de 18 de março de 2018 do programa Fantástico¹⁶, que dedicou 40 minutos de sua programação para tratar do homicídio e, desses, usa mais de 10 minutos para mostrar as postagens com

¹⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/2kOvm1b>>. Acesso em 28 de set. de 2019.

¹⁵ Nossa grade analítica se inspira na apropriação metodológica que Vera França (2013) e Paula Simões (2012) fazem do conceito de acontecimento.

¹⁶ Disponível em <<https://glo.bo/2mhokCa>>. Acesso em: 22 set. 2019. Embora seja um programa em uma emissora notadamente envolvida na vida política do país, o critério para escolha do Fantástico se deve única e exclusivamente por ser um dos poucos que possui em um único lugar os arquivos das postagens deletadas e a checagem dos fatos. Assim, não analisaremos os discursos da matéria, mas única e exclusivamente as postagens e as checagens, essas que foram amplamente divulgadas não apenas pela Rede Globo de televisão.

conteúdos falsos, desmentindo-as uma por uma¹⁷.

Análise

Ao mapearmos nosso material de análise encontramos o seguinte e analisamos o exposto a seguir.

1) *Identificando o poder de afetação*

(a) *Quem são os autores*

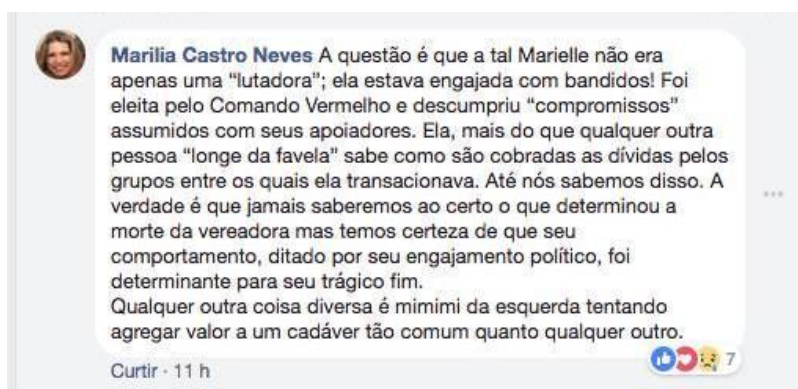
Na matéria do Fantástico, são apresentadas três pessoas que publicaram mensagens com informações falsas sobre a vereadora Marielle Franco e que deram origem a outras: a desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio; o Deputado Federal Alberto Fraga do DEM-DF; e o perfil em rede social do delegado Jorge Ferreira da polícia de Pernambuco.

(b) *Qual é o conteúdo*

Como foi apontado anteriormente, por meio de ações judiciais de pessoas próximas à Marielle Franco, todas as mensagens falsas foram apagadas, portanto, recuperamos *prints* divulgados em matérias de três portais: Veja, G1 e O Dia. Assim como essas mesmas mensagens foram também divulgadas na reportagem do Fantástico, nosso *corpus* utilizado para esse trabalho.

O texto publicado pela desembargadora Marília Castro Neves foi realizado poucos dias após o assassinato da vereadora Marielle Franco. Nele, Marília Castro afirma, em uma resposta a outra publicação, que “a tal Marielle não era apenas uma “lutadora”; ela estava engajada com bandidos” e que a vereadora teria sido eleita por uma facção criminosa (FIGURA 1):

Figura 1: Comentário de Marília Castro sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco



Fonte: Reprodução/Veja/Facebook¹⁸

Já o deputado federal Alberto Fraga do partido DEM do Distrito Federal, publicou no dia 17 de março de 2018, na rede social Twitter, uma mensagem que afirmava que a vereadora Marielle Franco teria engravidado aos 16 anos e teria sido casada com o traficante de nome Marcinho VP (FIGURA 2).

Figura 2: Comentário de Alberto Fraga sobre a vereadora Marielle Franco

¹⁷ Neste ponto, cabe um adendo: o artigo não pretende fazer uma discussão teórico conceitual sobre *fake news*. Embora entendamos que as postagens difamatórias se encaixam nesta categoria, assumimos que um trabalho como tal abordagem exigiria outro percurso teórico. Nosso foco aqui é entender os quadros de sentidos liberados por cada postagem.

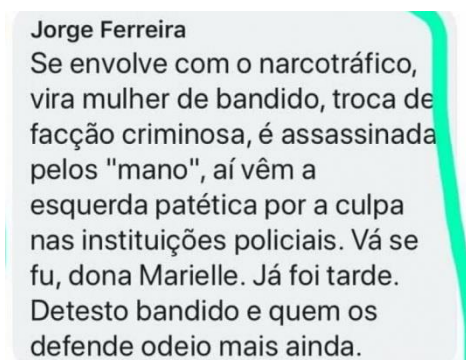
¹⁸ Disponível em: <<http://bit.ly/2m8JBxR>>. Acesso em: 22 set. 2019



Fonte: Reprodução/G1/Twitter¹⁹

A reportagem do Fantástico apresenta uma terceira fonte de publicações de notícias falsas a respeito da vereadora Marielle Franco, como sendo o perfil no Facebook com o nome do delegado Jorge Ferreira da polícia de Pernambuco. Em sua mensagem, o perfil teria reproduzido o teor divulgado nas duas outras mensagens apresentadas anteriormente neste artigo.

Figura 3: Comentário em perfil de Jorge Ferreira sobre a vereadora Marielle Franco



Fonte: Reprodução/O Dia/Rede social²⁰

(c) Como foi a repercussão

Segundo Fábio Malini, coordenador do Laboratório de Estudos de Internet e Cultura, o Labic, da Universidade Federal do Espírito Santo, esse acontecimento rendeu 3,573 milhões de tuítes. Na noite de quarta, foram registrados 594 tuítes por minuto sobre o tema. Nas 42 horas seguintes, o crime mobilizou 400 mil usuários do *Twitter* em 54 países e 34 idiomas²¹. Esses números dizem das interações como um todo, postagens de todas as naturezas.

De forma mais específica e se aproximando do nosso recorte, o impacto desse acontecimento nos três casos foram os seguintes: ampla divulgação da inverdade das postagens tanto pelo partido de Marielle quanto por sua família. O Fantástico também checkou as informações a respeito das mensagens publicadas pela desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio, o Deputado Federal Alberto Fraga do DEM-DF, e o perfil do delegado Jorge Ferreira da polícia de Pernambuco e as desmentiu no programa citado.

A reportagem afirmou que: 1) Marielle Franco teve a única filha aos 19 anos e nunca foi casada com o traficante Marcinho VP. O pai da filha de Marielle, Luyara, se chama Glauco dos Santos; 2) Marielle Franco foi eleita com votos de todas as zonas eleitorais do Rio, e,

¹⁹ Disponível em: <<https://glo.bo/2ktSACc>>. Acesso em: 22 set. 2019

²⁰ Disponível em: <<http://bit.ly/2kNPpwL>>. Acesso em: 22 set. 2019

²¹ Disponível em: <<http://bit.ly/2mtQ6M4>>. Acesso em 28 de set. de 2019.

além do Complexo da Maré e das comunidades onde atuava, ela teve 40% dos seus votos na Zona Sul e na Barra da Tijuca; e 3) a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco afastou o delegado Jorge Ferreira do plantão da Delegacia da Mulher, por causa das suas declarações e que o conteúdo das postagens foi encaminhado à Corregedoria Geral. O delegado, por sua vez, negou que tenha feito as postagens e registrou uma queixa na delegacia por difamação.

2) *Identificando o poder de hermenêutico*

(a) *Quais sentidos e valores são colocados em circulação, a partir desse conteúdo*

As calúnias contra a vereadora podem ser divididas em quatro grandes grupos: *mulher de bandido, eleita por bandidos, usuária de drogas e ter engravidado na adolescência*. Essas nomenclaturas acionam quadros de sentidos que deslegitimam Marielle em diversas dimensões, as principais são: *sua idoneidade*, visto que seria usuária de drogas, em vez de uma jovem mulher que se engajou na política após uma perda trágica e transformou seu luto em militância; *sua atuação em prol da juventude negra*, visto que ela mesma teria sido uma jovem grávida, em vez de uma mulher que se casou jovem e teve uma filha dentro de uma instituição moralmente e religiosamente constituída e aceita, o casamento; *a capacidade intelectual, discursiva e mobilizatória* da vereadora, pois teria sido eleita apenas por seus supostos pares e em vez de alguém eleita por seus inimigos sociais históricos, os moradores da zona sul e, por fim; *desestabiliza sua identidade de gênero e sua orientação sexual*, visto que é descrita como mulher de bandido, em vez de uma mulher em um relacionamento estável com outra mulher, assumida para a família e com planos para oficializar tal união.

Filiamo-nos a Sueli Carneiro (2005) para dizer que esses discursos colocam em circulação o que a sociedade pensa sobre mulheres racializadas: a raça, enquanto marcador dos sujeitos brasileiros, “corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana” (2005, p.31). Nesse contexto, ser branco e ser negro é ser visto pela sociedade por meio de uma lente que encerra em si “valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades” (CARNEIRO, 2005, p.31).

(b) *O que esses sentidos e valores revelam sobre a sociedade brasileira contemporânea*

Todo esse entrecruzamento de discursos calunioso evidencia valores compartilhados sobre raça e gênero pela sociedade e criam uma rede intersubjetiva de significados sobre a memória de Marielle Franco. Isso é importante porque são essas construções intersubjetivas sobre um tema que fundam um mundo simbólico para os sujeitos e nos próprios sujeitos. Assim, embora oficialmente não exista comprovação de nenhum desses discursos, a memória de Marielle é, permanentemente, reconfigurada e passa carregar em si esse *status* do “algo errado”, “algo desviante”. Essa condição gera uma “identidade-social” estigmatizada (GOFFMAN, 1988, p.5) — mesmo que nada disso tenha a ver com o comportamento da vereadora em vida.

Segundo Goffman, estigma “é a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p.7). Marcas de estigma sobre qualquer sujeito alteram sua forma de vida na sociedade, na medida em que ele “poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana, mas possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 1988, p.7). Entretanto, observa-se que quando as calúnias começaram, Marielle já estava morta e não havia qualquer possibilidade de uma interação social com seu corpo, logo, a pergunta que fazemos é: *porque foi preciso inviabilizar a interação da sociedade com a memória da vereadora?*

A nosso ver, no caso de Marielle, as calúnias tentam reativar *imagens de controle* que ela, em vida, já havia se desvencilhado. Em vida, Marielle se autodefine e se autoavalia o

tempo todo — fatores apontados por Collins (2019) como formas de resistência às imagens de controle —, como é possível ver em seu primeiro discurso, no plenário da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, no início de 2017:

A gente tem lado, tem classe e tem identificação de gênero (...). É dessa forma, a partir das soluções coletivas, que a gente vai traçar esse mandato. É isso que nos coloca enquanto mulher negra, origem na Favela da Maré, com o debate de valorização das identidades (FRANCO, 2017).

Em sua morte, há uma tentativa não apenas de retomar essa narrativa para o que se espera de uma biografia de uma pessoa negra, como também de fazer dessa a história única sobre Marielle. Trata-se, portanto, de uma tentativa de retomada de dominação, de controle sobre a representação do outro, para atribuir-lhe estereótipos. Em seus estudos sobre a representação, Stuart Hall (2016) caracteriza o estereótipo sobre pessoas negras como algo que mais do que produzir significados, cria sentidos. Assim, por meio de memórias fabricadas caluniosamente sobre Marielle Franco, essas representações criam sentido que tentam regulamentar não apenas Marielle, como todos os sujeitos negros.

Além dessa tentativa de controle sobre a representação do outro, verificamos que há também uma tentativa de estender a necropolítica à memória. Segundo diversos autores, as características do racismo no Brasil têm suas principais bases em dois fenômenos históricos: as políticas de *embranquecimento* e o *mito da democracia racial*. O primeiro teve como base a ideia da aniquilação gradual da população negra e o segundo romantizou as hierarquias e sistemas sociais e raciais que organizam tanto os privilégios quanto às desigualdades (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

No final do século XIX, o Brasil era recorrentemente descrito como uma imensa nação mestiça, a tal ponto que, em julho de 1911, João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi convidado para participar do I Congresso Internacional das Raças, no qual apresentou um trabalho que tinha como tema a meta e a perspectiva do branqueamento da população brasileira — o que, segundo ele, aconteceria em um século ou três gerações. Ainda segundo Schwarcz e Starling (2015), todo momento pós-abolição é marcado por esses discursos que biologizavam o racismo.

Isto posto, para nós, a política de *embranquecimento* e o *mito da democracia racial* parecem funcionar como matrizes que regulam as interações da sociedade brasileira ainda na atualidade. E, como essas duas perspectivas se baseiam na eliminação do sujeito negro, elas acabam por constantemente criar uma sociedade cuja capacidade epistemológica de “apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida” (BUTLER, 2015). Como as mulheres negras, grupo social no qual Marielle se enquadra, estão duplamente fora dessas normas — por não serem nem branca, nem homens — e ocupam uma posição de “outro do outro”, uma dupla alteridade resultante de uma dupla antítese, da branquitude e da masculinidade, elas não são contadas como vida. E as calúnias criam factóides para continuar alimentando essa deslegitimação também em relação a sua memória.

Dessa forma, esses sentidos revelam o que afirma Muniz Sodré e tratamos no início deste texto que, embora a categoria raça inexista do ponto de vista biológico e a escravidão tenha sido eliminada dos sistemas jurídico e social, há um constante agenciamento da racialidade como recurso para regulação, controle, discriminação, hierarquização das posições de classe social e, de forma mais fatídica, como recursos de aniquilação de corpos tidos como descartáveis. É nesse sentido que a morte e as calúnias póstumas sobre Marielle formam uma “metáfora extrema de tudo que há pra dizer sobre racismo e desigualdade” (CARNEIRO,

2018)²² na sociedade brasileira.

A natureza das enunciações, por sua vez, condensa o que foi descrito por Kimberlé Crenshaw, como interseccionalidade, a saber:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p.177).

É nesse sentido que, nas calúnias, a classe e a raça são agenciadas ao mesmo tempo na medida em que Marielle é reduzida a *usuária de drogas eleita por bandidos*. Afinal, como é reiterada incansavelmente por agentes públicos do Estado, a sociedade brasileira está em guerra contra as drogas (a guerra e um inimigo são características da necropolítica). Como mostramos, a necropolítica tem como base a eleição de um suposto inimigo da nação. E sendo essa a associação, é possível pensar que esse acontecimento também revela contra quem realmente é a chamada guerra contra as drogas tão falada nos meios políticos brasileiros.

O gênero e a sexualidade de Marielle são atacados quando a caracterizam como uma *adolescente que engravidou e se casou com um bandido*. Marielle engravidou ainda jovem, mas aos 19 anos, não antes dos 18 como foi dito. Ela se casou com um homem, pai de sua filha, não com o traficante citado nas calúnias. Os sentidos desencadeados por esses enunciados tentam recolocar Marielle no que é esperado de uma mulher negra e periférica. A nosso ver, quando sua memória ameaçou sair de controle e ocupar o lugar do qual seu corpo foi eliminado, seus caluniadores trataram de tentar aniquilar essa memória também.

Considerações finais

O objetivo deste artigo é o de apontar o potencial que um acontecimento necropolítico tem para revelar as questões raciais e de gênero no Brasil. Para tanto, tomamos como objeto de análise os significados e os sentidos presentes nas postagens póstumas e difamatórias sobre a vereadora Marielle.

Em nossa análise se destacaram três autores das calúnias: a desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio; o Deputado Federal Alberto Fraga do DEM-DF; e o perfil em uma rede social do delegado Jorge Ferreira da polícia de Pernambuco. Em suas mensagens, cada um desses sujeitos enunciou, no mínimo uma e no máximo todas, as seguintes calúnias sobre a vida de Marielle Franco: [ela era] *mulher de bandido*, [ela foi] *eleita por bandidos*, [ela era] *usuária de drogas* e [ela] *engravidou na adolescência*.

Nosso *corpus* também trouxe a verificação da veracidade de cada uma dessas acusações e todas são falsas. Diante disso, nossa análise mostrou que tais enunciados tinham como objetivo construir uma identidade póstuma estigmatizada a fim de retomar o controle da representação do que é ser uma mulher negra. Além disso, a análise mostrou também que nossa sociedade herdou da interação entre colonizados e colonizadores dois fenômenos: o *embranquecimento* e o *mito da democracia racial*. Ambos tiveram como base valorativa o aniquilamento e o silenciamento do corpo e da história do povo negro. Em outras palavras, a eliminação física e simbólica das diferenças.

²² Disponível em <<http://bit.ly/2mHx30X>>. Acesso em: 22 set. 2019

No acontecimento de morte de Marielle Franco, esses *modos operandi*, de controle e aniquilação, são retomados e atualizados primeiro na eliminação do corpo desviante que chegava ao poder e, assim, conseguia visibilidade para uma representação que fugia dos estereótipos esperados para as mulheres negras; e, segundo, no aniquilamento da memória que estava, em poucos minutos, já assumindo o lugar de visibilidade outrora ocupado pelo corpo.

Referências

- BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8966_1.pdf. Acesso em: 06 abr. 2020.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2009] 2015.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed - São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002
- DEWEY, John. **A arte como experiência**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Martins, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Crise da medicina ou crise da antimedicina. **Verve**, São Paulo, n.18, out. 2010, p.167-194.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga; ALMEIDA, Roberto. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. **Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 6, n. 2, dez. 2008
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b. p. 39-51.
- FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 set. 2019
- GOFFMAN, Ervin. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Apicuri, 2016

- LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** (Rio de Janeiro. 1979), v. 70, p. 20-33, 2018.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, v. 32, 2016, p. 123-151.
- PELBART, Peter Pál. **Necropolítica tropical – Fragmentos de um pesadelo em curso**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- PILAR, Olívia. Imagens de controle e a resistência das mulheres negras. **Portal SER-DH**, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3bbOFWj>>. Acesso em: 06, maio, 2020.
- POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo: teoria social e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005
- QUÉRÉ, Louis. 1991. **De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico**. Tradução de Vera Lúcia Westin e Lúcia Lamounier. [Original: D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. Réseaux, 46/47, Paris, Tekhné, mar-abril 1991
- QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 59-75 , 2005.
- QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera R. V.; OLIVEIRA, Luciana de. (orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-38.
- SALGADO, Tiago Barcelos Pereira. A constante experiência do self: aproximações conceituais entre Dewey e Mead. **Verso e Reverso**, v. 26, n. 62, p. 83-91, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SODRÉ, Muniz. Uma lógica perversa de lugar. Rio de Janeiro: **Eco-Pós**, 2018. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/22524/12624. Acesso em 01 abr. 2019.